

Mónica Truninger
Luísa Schmidt
João Morais Mourato
Roberto Falanga
Rosário Oliveira

Introdução

Em 2024 celebram-se os 50 anos do 25 de Abril de 1974, data marcante que assinala o início do atual regime democrático em Portugal. Este marco histórico, conhecido como Revolução dos Cravos, simboliza a libertação de um prolongado regime autoritário e o restauro da democracia, refletindo o desejo popular por liberdade, justiça e igualdade.

No rescaldo da revolução foi votada, a 2 de abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa. Este documento fundamental consolidou os ideais de Abril e estabeleceu as bases para uma sociedade mais equitativa, comprometida com os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. A Constituição da República Portuguesa de 1976 é um reflexo da vontade coletiva de construir «um país mais livre, mais justo e mais fraterno», tal como mencionado no seu preâmbulo. A Constituição apela à defesa da independência nacional, à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, ao estabelecimento dos princípios democráticos e ao assegurar do Estado de direito. Consagra também o direito ao ambiente e à qualidade de vida para todos, destacando a importância de uma convivência harmoniosa entre o desenvolvimento socioeconómico e a proteção do ambiente.

Para além da celebração dos 50 anos após o 25 de Abril de 1974, é ainda importante frisar que a 23 de março de 2022 se dá a passagem

para um novo marco na história, uma vez que a partir dessa data passámos a contabilizar mais anos vividos continuamente em democracia do que em ditadura. Assim, torna-se pertinente fazer uma análise crítica e reflexiva das principais transformações resultantes da consolidação da liberdade e da democracia em Portugal. Quais as expectativas cumpridas? Que mudanças significativas foram realizadas? É igualmente necessário considerar as promessas que ficaram por cumprir e até alguns retrocessos que acabaram por se verificar, à luz das intenções de Abril. Esta análise crítica é crucial para compreender avanços, recuos ou inércias que caracterizam a sociedade portuguesa contemporânea.

No entanto, mais do que convidarmos o leitor a fazer connosco uma análise dicotómica da realidade assente em avanços-recuos, atraso-progresso ou modernidade-tradição, consideramos mais relevante refletir sobre o desenvolvimento de um país a várias velocidades e tempos, com diferentes matizes, que moldam as dinâmicas e as configurações socioterritoriais. Apesar de o texto pioneiro de Adérito Sedas Nunes, publicado na *Análise Social* em 1964, sobre a sociedade portuguesa dualista em evolução não perder atualidade e pertinência analítica, sobretudo à macroescala do país, o que é certo é que encontramos uma realidade mais matizada e heterogénea nas microescalas. Como aponta Renato Miguel do Carmo numa reflexão recente baseada no célebre artigo de Sedas Nunes sobre o Portugal dual:

Todavia, apesar da persistência das dualidades, identifica-se, simultaneamente, um país em *puzzle* pautado por fortes dinâmicas de diferenciação social, económica e cultural. Sobretudo quando se aponta para a microescala, emerge uma complexa heterogeneidade social na qual despontam múltiplos fatores de inovação e até de reinvenção. Este Portugal heterogéneo que engrandece e ganha escala numas áreas, mas que, infelizmente, vai também perdendo algum fulgor em certos territórios, coexiste com a perpetuação e a reconfiguração dos dualismos estruturais. [Carmo 2023, 705-706]

Ignorar os dualismos estruturais será, portanto, uma tarefa árdua e porventura despropositada para os analistas da sociedade portuguesa; contudo, quando nos focamos nas questões ambientais e socioterritoriais à microescala, somos obrigados a ampliar a perspetiva para

abarcam ambivalências e paradoxos. É por isso que o contributo do grupo de investigação SHIFT – Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULisboa é particularmente importante nesta análise, já que aponta tanto para os dualismos estruturais persistentes, como para os *puzzles* encontrados na tríade ambiente, território e sociedade. Este grupo de investigação dedica-se a estudar as dinâmicas subjacentes aos desafios socioecológicos e territoriais da sociedade portuguesa, abordando questões críticas não apenas numa escala nacional, mas também no contexto europeu e mais global. Esta abordagem multi-dimensional e multiescalar permite examinar as «múltiplas variantes do dualismo estrutural» da sociedade portuguesa (Carmo 2023, 711), tornando-se fundamental para compreender as complexas interações entre ambiente, território e sociedade e para avaliar a forma como Portugal tem respondido a esses desafios nos últimos 50 anos.

Um dos pontos centrais desta reflexão é, pois, questionar se o espírito de Abril se cumpriu, consolidando a transição para uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável. Esta pergunta leva-nos a explorar se, partindo da Constituição, foram construídos territórios mais «justos» e ambientes mais «livres» de poluições várias. Para além do ambiente e do território, no eixo da sociedade é crucial avaliar as formas como a participação cidadã se foi desenvolvendo e consolidando ao longo deste meio século. A participação ativa dos cidadãos é um pilar central da democracia e compreender como esta se tem desenvolvido é vital para avaliar a saúde democrática do país.

Neste contexto, é importante considerar não apenas o contributo das instituições democraticamente eleitas, mas também o papel das organizações formais e informais de cidadãos, dos movimentos sociais organizados, dos meios de comunicação de massas, das redes sociais, bem como da ciência e da sua comunicação. Cada um destes agentes desempenhou um papel significativo na construção de um país que se desejava mais coeso, participativo e fraterno, especialmente em matéria de ambiente e território. A ciência e a comunicação científica, em particular, são fundamentais para enformar políticas públicas e práticas sustentáveis e também para promover um envolvimento mais consistente por parte da sociedade.

Tendo como mote os valores e os princípios que o espírito do 25 de Abril de 1974 fez ressoar, e que a Constituição de 1976 plasmou, os contributos neste livro estão divididos em três grandes eixos: as

questões ambientais, as questões sociais e as questões territoriais. Aos autores foi solicitado, em primeiro lugar, que elaborassem uma breve contextualização histórica da temática principal do seu texto nos últimos 50 anos, destacando os principais marcos e pontos de viragem. Esta análise histórica permite compreender o caminho percorrido à luz dos princípios constitucionais. Em segundo lugar, os autores foram convidados a questionar até que ponto esta trajetória foi cumprida ou descontinuada, afastando-se, ou não, do espírito de Abril, e se isso fragilizou a própria democracia. Esta reflexão crítica torna-se fundamental para identificar os problemas bem resolvidos e aqueles que ficaram por resolver ou que ainda persistem ao longo da evolução da temática ambiental, social e territorial no país. O balanço crítico deste processo permite tirar ilações importantes para o futuro, facultando ao leitor a possibilidade de identificar, ao longo deste livro, mudanças estruturais, práticas e conquistas que devem ser mantidas e áreas que necessitam de ser reforçadas.

50 anos de Abril: perceções, mudanças e cronologias

Perceções

Num estudo recente sobre a relação dos portugueses com a democracia intitulado «As atitudes dos portugueses em relação ao 25 de Abril de 1974 e às mudanças sociais e políticas ocorridas nos últimos 50 anos», realizado por uma equipa do ICS-ULisboa e do Iscte-IUL, a uma amostra de 1209 indivíduos residentes em Portugal continental, com idade igual ou superior a 18 anos e capacidade eleitoral ativa, foi solicitado aos participantes que indicassem qual consideravam ser o facto histórico «mais importante para a história de Portugal». A resposta que colheu maior percentagem, com 65%, foi «o 25 de Abril de 1974», especialmente assinalada por mulheres, por indivíduos com escolaridade mais baixa, pelos das faixas etárias acima dos 44 anos, pelos que afirmam viver com (muita) dificuldade através dos rendimentos que auferem, bem como pelos simpatizantes do PS e que se identificam com a ideologia sociopolítica de esquerda. Numa outra questão perguntava-se em que medida a sociedade portuguesa

mudou desde o 25 de Abril. Os resultados indicam que 84% dos portugueses consideram que mudou «muito» ou «bastante». A mesma pergunta fora realizada noutros dois períodos – em 2004 e em 2014¹ – e os resultados foram francamente superados em 2024 no item de resposta «muito», com 45% face aos 39% em 2004 e aos 41% em 2014. Avaliava-se depois a qualidade dessa mudança para áreas concretas. A maioria considera que a situação que se vive hoje em Portugal é «melhor» do que a que existia antes do 25 de Abril, ainda que não para todas as áreas de resposta, destacando claramente domínios como assistência médica (74%), nível de vida (71%), educação (71%), segurança social (68%), situação económica (62%), proteção do ambiente (60%), convivência social e civismo (57%).

As áreas que apresentam uma opinião menos positiva, isto é, onde 50% dos inquiridos consideram que a situação está na mesma ou pior, são as desigualdades sociais e as desigualdades entre regiões. Mas é na perceção da criminalidade/segurança e na corrupção que as opiniões são mais negativas, com dois terços a considerarem que a situação piorou em democracia face ao regime ditatorial e autoritário do passado (Magalhães *et al.* 2024, 21). Uma última questão deste inquérito, pertinente para o enquadramento do nosso livro, passa pela comparação destes resultados ao longo das três séries de inquéritos, verificando-se que as áreas em que persistentemente os inquiridos ao longo do tempo consideram estar na mesma ou pior são as da «justiça, as desigualdades sociais, as desigualdades regionais, o desemprego, a corrupção e a criminalidade/segurança» (Magalhães *et al.* 2024, 22). Porém, entre 2014 e 2024 a habitação foi o domínio onde os inquiridos identificaram menos melhorias desde o 25 de Abril, caindo 27 pontos percentuais face às respostas auferidas em 2014, refletindo claramente os problemas atuais neste sector.

¹ O estudo de 2024 repete grande parte das perguntas colocadas nestas duas edições anteriores sob uma temática geral semelhante. A primeira edição foi realizada em 2004 e a segunda edição deste inquérito em 2014. É, assim, possível fazer uma comparação evolutiva das atitudes e perceções dos portugueses em relação ao estado da democracia em geral e, em particular, ao facto histórico do 25 de Abril de 1974.

Mudanças e cronologias

Desde o 25 de Abril de 1974, o país tem atravessado um intenso período de transformações políticas, sociais, económicas e culturais com diferentes impactos. Estas geram múltiplas configurações sociais, ambientais e territoriais, que ao longo do tempo se justapõem, acentuando assimetrias e clivagens alimentadas por processos inacabados de modernização, democratização e participação.

No retrato «50 anos de democracia em números» (FMS/POR-DATA 2024) avaliam-se, com base em dados estatísticos do INE, as profundas transformações que ocorreram no país nas últimas cinco décadas. Um primeiro dado reporta-se ao crescimento populacional considerável desde os tempos da revolução: se em 1970 éramos 8 milhões e meio de residentes, em 2024 temos mais 2 milhões de pessoas a viver no país, atingindo em junho deste ano 10,6 milhões (Faria 2024). No entanto, o número de crianças e jovens com menos de 15 anos diminuiu em 45%, ao passo que o número de pessoas com 65 anos ou mais quase triplicou. O país envelheceu, mas ao mesmo tempo tornou-se mais cosmopolita, com a chegada de imigrantes, refletindo as mudanças sociais e demográficas das últimas décadas.

A assinalar algumas destas mudanças estão o aumento da taxa de emprego feminino, com a entrada cada vez mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho, e a redução da taxa de natalidade e, por consequência, do número de filhos por casal. Aliás, o mercado de trabalho também evoluiu, contando, para além da participação crescente de mulheres, com mais direitos para os trabalhadores. Verificou-se também um aumento da terciarização, à medida que se procedia ao abandono dos campos, que se iniciara nas décadas de 1950/1960, rumo às grandes cidades, intensificando-se a partir da revolução de Abril. Se em 1974 cerca de 35% da população ativa ainda trabalhava no sector primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), em 2024 são apenas 2,9% os que se dedicam a este sector (GPP 2024).

Por seu lado, a fulcral criação do Serviço Nacional de Saúde, em 1979, possibilitou o acesso gratuito à saúde, resultando também num aumento significativo do número de profissionais de saúde e, consequentemente, no aumento da esperança de vida. Em relação à saúde infantil, há 50 anos Portugal era o país da atual União Europeia com

a maior taxa de mortalidade infantil, mas em 2022 estava entre os dez países com as menores taxas, assistindo-se a progressos significativos nos cuidados de saúde pediátrica e obstétrica, bem como no planeamento familiar e na saúde materna.

Outra conquista crucial verificou-se na educação, cujo acesso se universalizou e democratizou, o que permitiu uma notável redução na taxa de analfabetismo. Se em 1970 um quarto da população era analfabeta (25,6%), em 2021 temos apenas 3,1% de portugueses que não sabem ler ou escrever entre os mais idosos, sendo que 20% da população tem um diploma do ensino superior.

De igual modo, a segurança social surgiu como sistema generalizado para a população portuguesa, tal como as melhorias nas reformas e apoios nas situações de vulnerabilidade, como o desemprego e a pobreza, tendo sido implementado o rendimento social de inserção a partir de 1996.

Resultou de todas estas medidas uma melhoria significativa das condições de vida a todos os níveis, desde logo os mais básicos. A título de exemplo, se, em 1970, 68% das casas não tinham duche ou banho, 53% não tinham água canalizada e 42% não possuíam instalações sanitárias, a partir de abril de 1974, as condições de vida tornaram-se prioridades absolutas, quase duplicando logo na década de 1980 e sobretudo nos anos 1990. O número de casas com saneamento básico passou, aliás, de 57% em 1974 para 96% em 2024. Hoje estas condições são amplamente acessíveis, incluindo a água canalizada com boa qualidade para consumo humano, que atinge já 98,9% da população (Guerra, Madeira e Schmidt 2024).

Outra mudança importante da democratização foi impulsionar políticas de acesso à habitação digna, sendo uma das questões prementes acabar com os bairros de lata que proliferavam sobretudo na região de Lisboa, onde se registara uma epidemia de cólera em 1973 e, de novo, em 1974. E assim, logo no rescaldo de Abril, entre 1974 e 1976, foram implementadas algumas políticas de habitação, entre as quais a emblemática operação SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local (detalhada nos capítulos 6 e 8). Esta operação consultava a população carenciada de forma participativa e promovia uma nova relação do Estado com os cidadãos.

Uma sociedade portuguesa mais cosmopolita, sobretudo nas grandes cidades, foi, entretanto, emergindo com a chegada de um

contingente populacional estrangeiro. Se em 1974 havia pouco mais de 30 000 estrangeiros residentes, na segunda década do século XXI contabilizam-se quase 800 000, representando 7,5% da população e, como foi referido, aumentando a população residente no país para 10,6 milhões. A proveniência também mudou, já que, em 1974, para além do contingente que regressou das ex-colónias («retornados»), os residentes estrangeiros vinham sobretudo da Europa (a maior parte do Reino Unido) e das Américas (sobretudo do Brasil), e em 2024, para além destas duas áreas geográficas, dois outros continentes têm contribuído para este aumento: a África (com destaque para Cabo Verde) e a Ásia (em especial a Índia). Este último contingente migratório da Ásia (imigrantes de países como a Índia, Bangladesh ou Nepal) ganhou relevância em especial na última década, sendo absorvido em várias atividades económicas (turismo, construção civil, restauração e hotelaria, agricultura, transportes urbanos), estando muitas destas comunidades de imigrantes a atravessar condições de forte precarização laboral, em situação irregular que lhes permita o acesso aos mínimos direitos de cidadania, muitas vezes alojadas em habitações desadequadas, sem infraestruturas de acesso à água, energia e esgotos. Aliás, em 2020, a crise sanitária da Covid-19 ajudou a tornar visível, e de forma chocante através dos *media*, esta realidade latente.

Estes sectores de atividade económica, nomeadamente o turismo e a construção civil, aumentaram e reconfiguraram-se ao longo do tempo. Por exemplo, o turismo explodiu nos últimos 50 anos. Em 1974, reportavam-se 9,5 milhões de dormidas em alojamentos turísticos. O *slogan* «mar-sol-praia» colocou pressão crescente no litoral, com todos os problemas de desordenamento do território que daí advieram junto à costa, como, por exemplo, as construções clandestinas na Arrábida e na Fonte da Telha, bem como a pressão imobiliária e desordenada no Algarve. O número de dormidas turísticas foi aumentando sempre, atingindo 69,7 milhões em 2022. Esta pressão turística tem vindo a exponenciar vários problemas não só no litoral, como também no interior das grandes cidades, onde se agravam fenómenos, por exemplo, de gentrificação, pressão imobiliária, constrangimentos nos transportes e mobilidade urbana e aumento de veículos nas ruas. Em poucas décadas, o automóvel tornou-se o principal meio de mobilidade dos portugueses. A par disso, a rede de autoestradas aumentou de 66 km, em 1974, para 3115 km, em

2022. O triângulo carro-rede de autoestradas-consumo energético consolidou-se, fazendo elevar a dependência do país de combustíveis fósseis. Entre 1977 e 2022, o consumo de combustíveis fósseis rodoviários (sobretudo gasóleo) triplicou, de 1916 milhares de toneladas para 5285 milhares. No mais recente inquérito sobre sustentabilidade, 65% dos portugueses declaravam usar o automóvel nas suas deslocações diárias (Truninger *et al.* 2022), o que aponta para a grave dependência rodoviária existente hoje no país, com todas as implicações que isso gera: poluição atmosférica, gastos de energia, perdas de tempo, emissões de CO₂, sendo hoje os transportes rodoviários o sector que representa a maior fatia de emissões de gases com efeito de estufa no contexto português (Schmidt 2023). Em contrapartida, o transporte ferroviário, apesar da modernização das principais ligações, perdeu relevância e sobretudo encolheu a sua rede: se em 1974 havia 3563 km de linhas de comboio, em 2022 tínhamos 2527 km, o que significa a desativação de cerca de 30% da rede que cobria o país. A nada disto é alheia a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), agora União Europeia, em 1986, que veio não só financiar fortemente a opção pelas infraestruturas rodoviárias dos governos da época, como também pressionar reformas profundas em vários sectores, nomeadamente na agricultura e no ambiente.

No que concerne à agricultura, com a terciarização da economia portuguesa, a área agrícola cultivada diminui, mas a produtividade agrícola aumenta significativamente, com a introdução de técnicas modernas e políticas de subsídios da Política Agrícola Comum (PAC). Os dados disponíveis revelam uma evolução bastante positiva nas produtividades da terra e do trabalho ao longo das últimas seis décadas, com destaque para os aumentos médios anuais verificados na década seguinte à adesão à CEE e na última década. Assim, entre 1962 e 2022, a produtividade agrícola da terra aumentou 1,4% ao ano e a produtividade do trabalho aumentou 4,3% ao ano (Avillez 2024, 17). As políticas da PAC contribuíram para incentivar os agricultores portugueses a apostar em determinadas culturas agrícolas em detrimento de outras. Essas apostas tiveram consequências na forma como paisagens agrícolas e territórios de produção agroalimentar se foram configurando ao longo do tempo. Se Abril trouxe a democratização e o acesso mais universal à alimentação, as últimas décadas de políticas agrícolas e económicas provocaram desafios aos territórios e às suas

comunidades locais: impactos de contaminações várias, desde a água aos solos, devido aos tratamentos fitossanitários; perda de biodiversidade; questões laborais e de integração social dos imigrantes; crescentes pressões dos usos do território para várias valências, gerando tensões e conflitos económicos, sociais, políticos e ambientais.

No que diz respeito ao ambiente, a revolução de Abril já institucionalizara o tema nas estruturas governamentais, criando a Subsecretaria e logo depois a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), dirigida então pelo arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, de cuja herança beneficiamos todos hoje, devido, nomeadamente, à criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico em 1975, na sequência do qual se demarcou a Rede Nacional de Áreas Protegidas, que veio consolidar um novo regime de conservação da natureza, cujo processo de afirmação também é analisado neste livro (capítulo 1). A Constituição da República Portuguesa de 1976 foi outro marco crucial neste processo de institucionalização do ambiente e ordenamento do território através de um dos direitos fundamentais nela consagrados: o direito ao ambiente (artigos 9.º e 66.º), estabelecendo deveres do Estado na prevenção, controlo e promoção do ambiente e ligando, inclusive, no artigo 9.º, o ordenamento do território à proteção do ambiente (Mansinho e Schmidt 1994, 455). Contudo, seria com a adesão à CEE que o quadro legal e institucional em matéria ambiental seria francamente reforçado, através da transposição obrigatória das várias diretivas europeias em problemas centrais, como a qualidade da água e do ar, a recolha e reciclagem de todo o tipo de resíduos, os limites ao ruído, a obrigatoriedade dos estudos de impacto ambiental e a própria Lei de Bases do Ambiente, aprovada em 1987, passando o ambiente a ter um ministério próprio a partir de 1990.

A par da agricultura e do ambiente, a integração europeia impulsionou outras reformas económicas e sociais significativas, contribuindo para a modernização do país. Sobreretudo com a adesão ao mercado único, a economia abriu-se ao exterior, alguns sectores começaram a modernizar-se, arrancou o programa de reprivatizações, chegaram fundos europeus em maior quantidade, o país investiu em infraestruturas e promoveu a sociedade de consumo.

O turismo de massas e essa abertura a uma sociedade consumista, dependente do mercado global, ajudaram a expor mais portugueses aos processos de globalização cultural e à cosmopolitização dos

gostos, inclusive alimentares. A homogeneização dos gostos alimentares, catapultada pela chegada das grandes cadeias de supermercados, a penetração dos restaurantes americanos de *fast food*, o fluxo intenso da população em termos de entradas e saídas no país, em conjugação com outros fatores, como a influência crescente dos *media* e da publicidade, nomeadamente nas camadas mais jovens, vieram, mais tarde, em finais do século xx e inícios do século xxi, problematizar a relação dos portugueses com a alimentação, nomeadamente devido às questões prementes da qualidade e origem dos alimentos. As preocupações políticas e sociais por regimes alimentares locais, mais saudáveis, resilientes aos desafios das alterações climáticas e mais justos para os pequenos produtores e consumidores, têm vindo a reivindicar sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e inclusivos, e tal é visível nos novos esforços de planeamento alimentar urbano, intermunicipal e de base territorial, que abordamos neste volume, como o caso da estratégia para a transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (capítulo 11).

A integração europeia também expôs Portugal a novas pressões económicas e ambientais, exigindo uma adaptação constante às dinâmicas globais.

Já neste século, algumas dessas importantes dinâmicas foram materializadas nas várias crises que atravessaram o país: a crise económico-financeira que se iniciou em 2008 e que se agravou com a entrada da *troika* em Portugal entre 2011 e 2015; a crise pandémica de 2020, com a circulação de um vírus (SARS-COV-2) à escala global, que suspendeu o funcionamento das sociedades durante cerca de um ano; mais recentemente, a guerra na Ucrânia, complementada com a crise do Médio Oriente, que veio agravar a inflação e fragilizar ainda mais não só os grupos já vulneráveis da sociedade, como a própria classe média.

A análise crítica da trajetória dos últimos 50 anos revela, pois, um panorama misto de conquistas e desafios. Por um lado, Portugal fez progressos notáveis em áreas como a educação, saúde, segurança social, infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico e a infraestruturização rodoviária do país, ligando áreas isoladas do interior rural às principais cidades médias e metrópoles. A democratização das instituições e a participação crescente da sociedade civil foram também passos importantes na consolidação da democracia.

No entanto, persistem desafios significativos, especialmente em termos das desigualdades sociais e socioambientais entre regiões, a (falta) de justiça ambiental e os problemas cada vez mais sérios que se colocam por causa dos efeitos das alterações climáticas (e. g., seca, escassez de água, efeitos extremos, ondas de calor, cheias e inundações).

Conteúdos do livro

Este volume está dividido em três partes principais, que seguem as temáticas do seu subtítulo: questões ambientais, sociais e territoriais. Havendo capítulos que ilustram melhor a temática onde se incluem, praticamente todos acabam por abordar as três temáticas, uns mais explicitamente, outros implicitamente. Assim, estas três partes têm sempre na sua composição capítulos que possibilitam vasos comunicantes e o estabelecimento de pontes com as outras partes, viabilizando a coerência e uma linha comum de pensamento ao longo do livro.

Na primeira parte tratamos das questões ambientais no decurso dos últimos 50 anos. Assim, no capítulo 1, «Áreas protegidas – trajetórias da conservação da natureza em Portugal», escrito por João Guerra, Luísa Schmidt e David Travassos, abordam-se as políticas de conservação da natureza através de uma cronologia de eventos entre 1970 e 2023 e de debates parlamentares sobre áreas protegidas. Ao longo deste período, a política de conservação foi irregular, com avanços e retrocessos, enfrentando uma constante falta de recursos para gestão e fiscalização, afetando negativamente a biodiversidade e o estado de conservação dos ecossistemas no país.

No capítulo 2, designado «Energia solar descentralizada: 50 anos de políticas públicas», Sofia Ribeiro analisa os dois grandes desafios energéticos em Portugal desde 1974. O primeiro é o modelo de acesso à energia, iniciado após a revolução dos cravos, com a nacionalização de empresas para eletrificar o território. O segundo desafio é o crescimento das energias renováveis, especialmente desde os anos 2000, promovendo a sustentabilidade e a autonomia dos cidadãos na produção e consumo de energia.

Esta última questão é, aliás, alvo de um enfoque particular no capítulo 3, «A energia comunitária em construção – um caso de

democracia em Portugal?», da autoria de Vera Ferreira. Este capítulo aborda as iniciativas coletivas e descentralizadas em torno da energia comunitária, tópico especialmente relevante no quadro da transição para as energias renováveis em Portugal. Num momento em que as comunidades de energia renovável (CER) começam a despontar no país, o capítulo pretende retratar a sua génese e antecipar o seu potencial futuro a partir da análise das cooperativas elétricas. A discussão é enquadrada ainda nas diretivas nacionais e internacionais existentes, permitindo assim entender as formas e as razões de ser da organização coletiva de diferentes tipos de atores e consumidores.

O capítulo 4, que encerra a primeira parte, faz a transição das questões ambientais para as questões sociais. É assinado por Joana Sá Couto e intitula-se «A tua política é o trabalho [...] O teu único jogo deve ser a pesca: o trabalho na pesca desde o Estado Novo à emergência climática». Este texto examina a relação da pesca com o contexto político português, fazendo uma análise das crises do sector piscatório decorrentes de escolhas políticas e económicas nas últimas décadas. São abordadas as questões mais significativas desde o período do Estado Novo (1933-1974), incluindo dois exemplos empíricos que ilustram o passado e o presente – Setúbal e Sesimbra –, visando refletir sobre o futuro, enquadrado pela emergência climática.

A segunda parte centra-se nas questões sociais, articulando o Estado social e a garantia de direitos sociais (por exemplo, o direito à habitação) e os direitos ambientais, bem como as questões da participação e a ação coletiva a favor da preservação dos valores ambientais e territoriais (protestos contra os eucaliptos, mobilização a favor da limpeza de rios e praias, manifestações contra o nuclear, etc.). Esta parte é composta por quatro capítulos. No capítulo 5, intitulado «O Estado social que a Constituição abriu e as sementes do Estado ambiental que ainda esconde», Ricardo Moreira interroga de que forma a revolução de Abril impulsionou a criação do Estado social em Portugal. A celebração de direitos sociais e suas garantias, bem como a evolução dos mesmos ao longo dos últimos 50 anos, permite olhar para a Constituição como um legado fundamental para enfrentar desafios presentes e futuros, com particular destaque para as alterações climáticas e a transição justa. A discussão sobre avanços e limitações na incorporação dos direitos sociais na sociedade portuguesa tem,

portanto, como objetivo principal retratar a vida democrática no país e trilhar o futuro para políticas consistentes.

Um dos sectores que mais necessitam de política consistente é o da habitação, temática que abre o capítulo de Simone Tulumello e Luisa Rossini, «A paz, o pão, ..., saúde, educação: a habitação, a grande ausência do Estado social democrático». Este texto retrata as políticas de habitação em Portugal nos últimos 50 anos. Adotando uma abordagem crítica, o capítulo discute os atuais problemas neste âmbito, olhando para a ação e intervenção estatal desde o 25 de Abril até hoje, com foco na prática legal, política e social do período revolucionário e pós-revolucionário. O capítulo aborda as tensões no âmbito da habitação, apontando para as forças internas e externas ao debate político e pondo em diálogo as dinâmicas emergentes durante o período revolucionário em curso (PREC), com a normalização democrática subsequente, através investimento público, do valor legal do direito à habitação e do espaço para a participação democrática.

Os dois últimos capítulos desta segunda parte focam-se na participação e cidadania ambiental. Assim, no capítulo 7, «50 anos de construção de uma democracia participativa em matérias ambientais», Ana Delicado e Jussara Rowland abordam o tema da participação cidadã em matérias ambientais, olhando para a sua evolução e crescimento ao longo das últimas cinco décadas. As autoras descrevem os diversos mecanismos que foram sendo instituídos para este efeito juntamente com as formas de participação mais espontâneas. Das audiências públicas às ONG, dos movimentos às mobilizações, o capítulo procura compreender os avanços e os constrangimentos da democracia ambiental participativa em Portugal.

Também com enfoque na participação, mas sob outra vertente, Roberto Falanga, José Duarte Ribeiro e João Moniz, no capítulo 8, com o título «Cidadania e participação nos últimos 50 anos em Portugal: a consolidação democrática entre as urnas e a rua», descrevem a evolução da participação enquanto exercício de cidadania em Portugal, com foco em práticas emergentes em «espaços híbridos», onde cidadãos e cidadãs têm vindo a encontrar as instituições políticas, com o intuito de se instaurarem novas formas de diálogo, decisão partilhada e envolvimento comunitário. O capítulo apresenta alguns exemplos desses espaços híbridos, desde o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL até aos mais recentes orçamentos participativos, passando

ainda pelas mobilizações espontâneas em movimentos e pela participação nos instrumentos de gestão territorial e regeneração urbana.

A última parte deste volume é dedicada às questões territoriais. No capítulo 9, «50 anos de (in)definição regional: convergências e conflitos de governança territorial em Portugal», da autoria de João Morais Mourato, Inês Gusman e André Pereira, os autores exploram a complexidade paradoxal do conceito de região na evolução da governança territorial em Portugal no pós-25 de Abril de 1974 e no futuro da organização e funções do Estado. Fazem-no ao mapear e analisar criticamente diferentes cartografias regionais atuais e o seu significado político e administrativo, de forma a ilustrar as convergências, os conflitos e os vazios com que estas se materializam no território. Desenvolvem também uma análise de conteúdo a artigos de opinião que visa ilustrar que valores e visão de futuro de região e de regionalização se projetam no debate público nacional.

No capítulo 10, Kaya Schwemmlein apresenta e discute nas «Variadas crises do sistema agrícola alentejano» a evolução dos sistemas agrícolas no Alentejo enquadrada nas políticas de desenvolvimento rural e agrícola do país. Através da caracterização desses sistemas antes e depois da revolução de Abril, o capítulo aborda várias questões, desde o uso do solo e a posse da terra, passando pelas reivindicações populares pelo direito à terra e pela produção de bens alimentares ontem e hoje, apontando para uma reflexão sobre um futuro sustentável, justo e democrático.

Na sequência da mesma temática sobre agricultura e alimentação, o capítulo 11 conclui esta terceira e última parte com o texto intitulado «Alimentar as cidades de modo sustentável e saudável é preciso: das hortas urbanas ao sistema alimentar metropolitano». A sua autora, Rosário Oliveira, descreve a evolução das hortas urbanas espontâneas, características da ocupação dos vazios urbanos no início dos anos 70, com um objetivo de autossustentência, até ao desafio definido pela necessidade de planear a alimentação saudável e sustentável de toda uma área metropolitana com cerca de 3 milhões de habitantes, num contexto de crise global agravada. A autora chama ainda a atenção para a necessidade de entender a alimentação numa perspetiva de transição alimentar sistémica e integrada, colmatando a lacuna que se tem verificado ao longo das últimas décadas em que a produção alimentar e a saúde atuam de forma sectorial. O capítulo inclui ainda

uma síntese da visão estratégica para o sistema alimentar regional da Área Metropolitana de Lisboa.

Bibliografia

- Assembleia da República. 2021. *Constituição da Assembleia da República – Edição Especial*. Lisboa: Assembleia da República.
- Avillez, Francisco. 2024. «Evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas seis décadas». *Agroges*. Artigo técnico. Maio 2024: 2-22. <https://www.agroges.pt/evolucao-economica-da-agricultura-portuguesa-nas-ultimas-seis-decadas/>.
- Carmo, Renato Miguel do. 2023. «Portugal: sociedade ainda dualista, mas numa encruzilhada existencial». *Análise Social*, 58 (249): 704-721.
- Faria, Natália. 2024. «População residente em Portugal ultrapassou 11,6 milhões». *Público*, 18 de junho de 2024.
- Fundação Manuel dos Santos/PORDATA. 2024. «50 anos de democracia em números». https://ffms.pt/sites/default/files/2024-04/2024%2004_17_PR_5%20DD_vf.pdf, acesso em 25 de julho de 2024.
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral [GPP]. «Emprego – agricultura, silvicultura e pesca – 1.º trimestre de 2024», https://www.gpp.pt/images/Estatisticas_e_analises/Estatisticas/AgricolasEstruturais_Producao/NotaEmprego_8Maio2024_1T2024.pdf. acesso a 25 de julho de 2024.
- Guerra, João, Paulo Miguel Madeira, e Luísa Schmidt. 2024. «Água e saneamento: do caos às conquistas». In *Portugal Social em Mudança: 50 Anos do 25 de Abril*, coords. Ana Delicado e João Ferrão, 49-59. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Magalhães, Pedro, *et al.* 2024. «As atitudes dos portugueses em relação ao 25 de Abril de 1974 e às mudanças sociais e políticas ocorridas nos últimos 50 anos». *Sondagem ICS/Iscte Os Portugueses e o 25 de Abril*. Relatório. 1-35 pp. ICS-ULisboa/Iscte-IUL/SIC/Expresso/GFK.
- Mansinho, Inês, e Luísa Schmidt. 1994. «A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico». *Análise Social*, XXIX (125-126): 441-481.
- Schmidt, Luísa. 2023. Políticas ambientais ‘sectoriais’ – Enquadramento e transversalidades. In *50 Anos de Políticas Ambientais em Portugal – Da Conferência de Estocolmo à Atualidade*, org. Luísa Schmidt, 121-155. Porto: Edições Afrontamento.
- Truninger, Mónica, Luísa Schmidt, João Graça, Luís Junqueira, e Pedro Prista. 2022. *Sustentabilidade e Alimentação – Segundo Grande Inquérito em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.